

O LUGAR DE INTERLOCUÇÃO DE BRASILEIROS E ALEMÃES NA HISTÓRIA DE SUAS RELAÇÕES DE CONTATO*

Carmen Zink BOLOGNINI

SUMMARY *The need for the investigation of social, cultural, historical and ideological aspects by researchers working in the field of foreign language teaching and learning has been a constant concern in the literature. This essay is inserted within this trend and aims, by analyzing contact relations between Germans and Brazilians, to build up theoretical support for professionals involved in the preparation of students in their contact relation with people from different countries. We argue within a framework that sees the subject as constituted through discourse, a subject that speaks from an Interlocutionary Position (IP). This IP has been described through the analysis of historical archives, which have supplied the attributes with which has been woven the historical memory that Brazilians and Germans have about themselves and about each other. We have shown the interdiscursive resonances of meaning that these attributes share in the different discourses permeating contact relations between Germans and Brazilians. We sustain that it is this historical memory that defines the meanings of enunciations in conversational contact relations. If one considers that the ultimate goal of a foreign language course is to form students, and given the evidence, supported by data analyzed here, that subjects' Interlocutionary Positions are kept historically unaltered, we question what is being done in these foreign language courses for they apparently reproduce ideology and make no real changes in the Interlocutionary Positions of the subjects.*

1. ARCABOUÇO TEÓRICO: DA CONCEPÇÃO DE LINGUAGEM PARA A CONCEPÇÃO DE SUJEITO.

Parto de dois pressupostos para a elaboração desse trabalho: o primeiro, é o de que a linguagem não é transparente, e o segundo, é o de que todo sujeito é constituído como tal pela linguagem.

Quanto à questão da não-transparência da linguagem. M. Pêcheux (1981) afirma que os símbolos linguísticos, que as palavras, não têm sentido próprio, ou seja, não há

* Texto resultante da Tese de Doutorado apresentada ao Curso de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, no dia 25 de novembro de 1996, sob a orientação da Prof. Dra. Inês Signorini.

uma relação direta entre mundo e linguagem. O que ocorre é a produção de efeitos de sentido (M.Pêcheux, 1981) a partir de gestos de interpretação feitos pelos sujeitos (E. Orlandi, 1995). O segundo pressuposto, que diz respeito à constituição do sujeito, está intimamente relacionado à concepção de linguagem. O sujeito é fundamental dentro desse quadro teórico, pois, como afirma E. Guimarães (1995), é ele quem coloca a língua em movimento, fazendo gestos de interpretação, produzindo efeitos de sentido.

Considerando-se a não-transparência da linguagem, um discurso só produz efeitos de sentido pela sua relação com outros discursos. Sendo constituído pela linguagem, os gestos de interpretação feitos pelo sujeito, responsáveis pela produção de efeitos de sentido, estão comprometidos com o interdiscurso, que é *a memória do dizer* (E. Guimarães, 1995:69). O interdiscurso é o conjunto de relações de um discurso com outros discursos que constituem o sujeito. É o interdiscurso que define os gestos de interpretação dos sujeitos e, considerando que *a relação de funcionamento da língua se dá pelo interdiscurso* (E. Guimarães, 1995:69), ou seja, pela relação de um discurso com outros anteriores a ele, fica definido o caráter iminente histórico da linguagem e, conseqüentemente, do sujeito.

Sendo constituído pelo discurso, o sujeito tem a sua história contada por outro sujeito. Ele não é a origem de seu dizer, pois reinscreve em seu discurso os traços de outros discursos anteriores. O sujeito é o efeito do pré-construído, do já dito, daquilo que já está lá. Foi a partir de 1980, segundo J. Guilhaumou & D. Maldidier (1989:66), que M. Pêcheux enfatizou que, para motivos analíticos, a descrição do sujeito do discurso estaria ligada à descrição do Lugar de Interlocução (LI) por ele ocupado. Esse LI estaria ancorado na língua e na história, e descrevê-lo é descrever o processo de constituição histórica e ideológica do sujeito por meio do discurso.

2. A CONSTITUIÇÃO DO LI DO BRASILEIRO

Como esse trabalho trata da análise de relações de contato entre brasileiros e alemães, é fundamental investigar a maneira pela qual a produção de efeitos de sentido a seu respeito foi evoluindo nos discursos que fizeram a história do Brasil e da Alemanha. Os aspectos ideológicos que nortearam, em uma primeira instância, e norteiam ainda as relações de contato entre sujeitos dos dois países têm suas raízes antes da época da chegada dos primeiros europeus no Brasil.

O Tratado de Tordesilhas, por exemplo, reconhecido por duas das mais poderosas instituições da época na Europa, a Igreja e os governos da Espanha e de Portugal, determinava que as terras que viessem a ser descobertas seriam colônias. Esse documento, redigido na Europa e assinado por europeus, espanhóis e portuguesas, lançou o primeiro gesto de interpretação institucionalmente reconhecido sobre as terras que iriam constituir o território brasileiro. Esse gesto de interpretação produziu o efeito de sentido segundo o qual seus habitantes falariam a partir do LI daqueles que seriam “colônia” de um país europeu, no caso a Espanha e Portugal. Além de intervir na história do Brasil, esse gesto de interpretação interveio também na história daquele que

o fez, ou seja, do europeu, já que o efeito de sentido resultante é de que este país seria colônia e as nações européias, “colonizadoras”.

Ocupando o LI de colonizador, outros gestos de interpretação foram feitos sobre o Brasil pelo europeu, com a sua chegada às terras, produzindo outros efeitos de sentido. A relação de contato colonizador-colonizado, que se dera em primeira instância apenas no papel, por meio do Tratado de Tordesilhas, adquiriu outros contornos com a presença física do europeu no país. Os efeitos de sentido produzidos então, que ficaram na história e que contam a história do Brasil, foram aqueles produzidos pelo europeu.

Nos primeiros anos após o descobrimento, a presença de alemães no país foi muito tímida, em comparação aos portugueses, espanhóis, holandeses, franceses, por exemplo. Mas a importância em termos desse trabalho para as relações de contato entre o Brasil e a Alemanha não se deve tanto a um fator quantitativo, mas sim, como apresentamos anteriormente, ao LI a partir do qual o alemão falava. Esse LI foi discutido por N. Elias (1939), no que diz respeito à relação dos alemães com as demais nações européias. O discurso do alemão, de acordo com o autor, teve a forte tendência de se diferenciar do discurso das demais nações européias principalmente a partir da Guerra dos Trinta anos, ou seja, por volta de 1648. Essa diferenciação, de acordo com o autor, caracterizou-se por promover um isolamento do alemão em sua relação com a Europa. O alemão preocupava-se em discutir sua especificidade, marcar aquilo que definia por *Kultur*, como sendo algo próprio, seu. Essa especificidade característica do discurso alemão foi constituindo outros sujeitos cujos discursos traziam marcas cujos efeitos de sentido apontavam para um LI que eles acreditavam ser diferenciado. Esse é um dos grandes efeitos ideológicos do discurso: o efeito de verdade (M. Foucault, 1979), que sustenta os gestos de interpretação e os efeitos de sentido produzidos, é inquestionável.

O efeito de verdade é um dos mecanismos relacionados à ideologia que interfere nos gestos de interpretação. Devido à ideologia, o único gesto de interpretação possível feito pelo sujeito está relacionado à crença em um sentido literal. Esse sentido existe devido à filiação do sujeito a uma memória histórica, que tem, como um de seus traços, um efeito de verdade, definido como sendo “*um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados*”, constituído ideologicamente por meio do discurso (M. Foucault, 1979:14). Gestos de interpretação diferentes indicam efeitos de verdade diferentes que atuam sobre os sujeitos interpretantes. O efeito de verdade pré-existe ao sujeito, que é constituído por ele e seu estabilizador. “*Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros...*” (M. Foucault, 1979:12). Os efeitos de verdade estão relacionados ao poder, são estabelecidos discursivamente por ele e inexistem fora dele (M. Foucault, *ibid*). Orientam ideologicamente os gestos de interpretação.

Com a chegada dos primeiros europeus/alemães ao Brasil, foram produzidos gestos de interpretação a partir do LI ocupado por eles na época. O que existia no Brasil era diferente do que era considerado padrão pelos europeus/alemães, e essa diferença causou estranhamento. Os gestos de interpretação feitos pelos europeus/alemães intervieram ideologicamente no sentido do que vem a ser brasileiro, já que constituíram efeitos de sentido para o Brasil. Esses efeitos foram ideologicamente determinados, de

tal maneira que o gesto de interpretação possível, dado o contexto histórico no qual ele se processou, constituiu LIs em que o europeu/alemão figurava como “centro” (cf. E. Orlandi, 1990), ou como padrão, dados os efeitos de verdade que sustentam esses gestos.

Fazer alguns tipos de discurso funcionarem como verdadeiros implica a existência de duas partes. M. Pêcheux (1981) as define pela divisão social da leitura (interpretação) (E. Orlandi, 1995:35). “*A alguns o direito de produzir leituras originais, logo “interpretações”, constituindo, ao mesmo tempo, atos políticos (sustentando ou afrontando o poder local) ; a outros, a tarefa subalterna de preparar e de sustentar, pelos gestos anônimos do tratamento “literal” dos documentos, as ditas “interpretações”*. As duas tarefas são resultado de um movimento de filiação a uma memória histórica, e é a partir dos dois processos, ou seja, tanto da produção de leituras originais (gestos de interpretação) como da sustentação dessas interpretações, que ocorre a estabilização de uma ideologia.

Se os europeus/alemães ocupavam em seu discurso o LI daquele que era o centro, daquele que era o padrão a ser seguido, a tarefa subalterna de sustentar esses gestos de interpretação coube aos brasileiros. Nesse processo, os brasileiros sofreram uma intervenção em sua história (cf. D. Ribeiro, 1995), passaram a tê-la contada pelo europeu/alemão. Nesse discurso lhes foi atribuído o LI daquele que deve ocupar o padrão definido pelo europeu/alemão, e daquele que ocupa o LI desfavorável em relação ao LI do europeu/alemão.

3. ALGUNS EXEMPLOS

Com o intuito de investigar a maneira pela qual o LI de brasileiros e alemães foi constituído no discurso de alemães, e estabilizado tanto em seu discurso, como no de brasileiros, apresentarei a análise de alguns enunciados extraídos de documentos, cartas, jornais, publicados e escritos por alemães a respeito do Brasil, da Alemanha, e por brasileiros a respeito da Alemanha e do Brasil. Focalizarei, para a análise, os atributos que definem o LI de ambos em suas relações de contato.

Em 1620, por exemplo, foi escrita uma carta por um viajante alemão, na qual os atributos que definiam os habitantes nativos do Brasil eram *selvagem, acredita pouco em Deus, reza para o diabo, tem a forma de um ser humano*, entre outros. Esses atributos foram feitos a partir do LI do alemão, que definiu seus gestos de interpretação e a conseqüente produção de efeitos de sentido. Esses gestos de interpretação dizem respeito à religião dos habitantes nativos, à respeito de seus costumes, considerando que, aquilo que era diferente, era avaliado como sendo negativo.

O exemplo a seguir demonstra que o LI do brasileiro, avaliado como sendo negativo, é estabilizado no discurso e se projeta no futuro de maneira a garantir para o alemão um LI mais privilegiado do que o do brasileiro quando em relação de contato. O habitante nativo perde seu espaço para os descendentes de europeus no cenário brasileiro, os atributos que definem os brasileiros são outros, mas o LI privilegiado fica estabilizado. Essa estabilização se dá não apenas no discurso dos alemães, mas também

é incorporado ao discurso dos próprios brasileiros, conforme pode ser observado a seguir, em uma reportagem publicada em um jornal brasileiro, em 1855, que tratava da contratação de mão-de-obra para a construção de estradas na então província de S. Paulo. Os atributos que definem brasileiros são *imperitos, não-habilitados*, entre outros, e servem de argumento a favor da contratação de mão-de-obra na Europa/Alemanha. No entanto, o contrato de trabalho pedia que os operários europeus/alemães tivessem experiência na construção de estradas **ou** na agricultura, o que indica que não havia necessidade de uma habilitação específica, que diferenciasse os alemães dos brasileiros. O que existia, na época, era a intenção de promover o povoamento do Brasil com pessoas que se julgava, eram mais capazes do que aqueles que já estavam aqui. É importante ressaltar que esses efeitos de sentido, ou seja, de que o alemão era mais capaz, tiveram grande importância em discussões a respeito da colonização do Brasil, feitas na Câmara dos Deputados. Havia uma tendência, dada a iminente libertação dos escravos, a se dar preferência a europeus/alemães para povoarem o Brasil, em detrimento dos descendentes de africanos, que já trabalhavam no país. (cf. A.L.Cervo, 1981, a respeito das discussões na Câmara dos deputados, e E. Guimarães 1992, a respeito do conceito de cidadão no Império).

Com a vinda de um grande número de imigrantes de origem alemã para o Brasil, e com as modificações ocorridas no país, devido à libertação dos escravos, e à proclamação da república, as relações entre brasileiros e imigrantes e/ou seus descendentes sofreram modificações, de tal maneira que as oposições, que a princípio se deram entre índios e alemães, ou entre escravos e alemães, conforme mencionado acima, passaram a se dar entre sujeitos que ocupavam o LI definido pelo atributo brasileiro, e entre alemães.

Em 1992, por exemplo, foi publicada no jornal **Süddeutsche Zeitung** uma reportagem a respeito de um jogo de tênis que iria se realizar no Rio de Janeiro, entre a equipe alemã e a brasileira. Nessa reportagem, os atributos *quase nada funciona, (a quadra) está em condições desoladoras, aqui (no Brasil) nada é normal* definem o LI do Brasil e brasileiros. Esses atributos são possíveis devido ao contexto definido pela história. Eles são resultados de gestos de interpretação, são efeitos de uma filiação histórica. O texto foi elaborado a partir de um LI que definiu os seus efeitos de sentido, o sujeito que o elaborou estava filiado a uma memória histórica, que delimita o que pode e deve ser dito em um determinado contexto. Delimitando-se o dizível, delimita-se o visível. Esses atributos só foram possíveis, porque a história das relações de contato entre brasileiros e alemães é contada a partir de um interdiscurso, que os autorizam. O brasileiro ocupou no discurso dos alemães, conforme demonstramos, o LI daquele que sabe menos, que faz pior, que está aquém de um padrão de desenvolvimento alcançado pelos alemães. E esse LI é comprometedor.

EM SALA DE AULA DE LÍNGUA ESTRANGEIRA

Professores de Língua Estrangeira preparam seus alunos para estabelecerem relações de contato com os falantes da língua-alvo, sejam elas conversacionais, sejam

elas mediadas por um texto. Partindo do pressuposto de que a linguagem não é transparente, e que, portanto, os sujeitos fazem gestos de interpretação que produzem efeitos de sentido, deve-se considerar que as relações de contato entre sujeitos falantes de línguas maternas diferentes são relações de contato entre sujeitos que fazem gestos de interpretação diferentes, por estarem sendo orientados por memórias históricas diferentes. São relações de contato entre sujeitos que falam a partir de LIs diferentes.

O exemplo a seguir ilustra a maneira pela qual, em termos de relações de contato entre brasileiros e alemães, os primeiros aprendizes de alemão como LE, os segundos aprendizes de português como LE, a memória histórica dos sujeitos define a orientação argumentativa de uma relação de contato conversacional. Os dois sujeitos tinham praticamente a mesma idade, e freqüentavam o mesmo curso. O sujeito de nacionalidade brasileira estudava em uma universidade brasileira, e estudante de nacionalidade alemã estava no Brasil fazendo estágio para obter seu diploma de graduação.

(Contexto da enunciação: os estudantes tinham conversado a respeito do período de férias em suas respectivas universidades, quando B1 introduz o tópico que será apresentado a seguir)

1. B 1: *e você pode ...ahn ... você veio para Campinas ... conheceu ... ou ... você sabe sabe*
2. *outra ... cidade no Brasil?*
3. A 1: *primeiro eu viajei no Brasil ... pelo Brasil ... primeiro tirei umas férias {... com o*
4. *Brasilienpass{*
5. B 1: *{uhnhun*
6. *{uhnhun*
7. A 1: *e ahn estive já bem Rio {Manaus {Recife Salvador da Bahia{ ...Belo Horizonte*
8. B 1: *{Rio? {uhn {uhnhun*
9. A 1: *... Ouro Preto ahn Foz do Iguaçu {... São Paulo*
10. B 1: *{uhn uhnhun ahn ... eu acho que você cê*
11. *... você sabe o Brasil ... ahn {melhor do que nós*
12. A 1: *{riso¹*

B1 introduz um tópico, que diz respeito ao Brasil por meio de uma pergunta a A1, verificando se ele conhece outras cidades além de Campinas. A resposta de A1, que se segue a uma explicação *primeiro tirei umas férias* (3) constitui-se de uma lista de 8 cidades visitadas (7-9). O próximo turno de B1 (10-11) é preenchido por meio de um enunciado que reflete o seu gesto de interpretação feito a partir do enunciado de A1.

¹ 1 B: *und können Sie ... ahn ... hast du nach Campinas ... gekannt ... oder ... wissen weisst du ... ein andere Stadt in Brasilien ?*

2. A: *ich bin zuerst in Brasilien ... durch Brasilien gereist ... zuerst Urlaub gemacht{... mit dem Brasilienpass*

3. B: *{uhnhun {uhn*

4. A: *und war also schon ... Rio { Manaus {Recife Salvador da Bahia { ... Belo Horizonte... Ouro Preto ahn Foz*

5. B: *{Rio {uhn { uhnhun*

6. A: *do Iguaçu {... Sao Paulo*

7. B: *{uhn*

Com esse gesto de interpretação, B1 dá ao SN de seu enunciado o atributo que lhe confere o LI daquele que *conhece o Brasil melhor do que os brasileiros o conhecem*.

Esse gesto de interpretação produz um efeito de sentido segundo o qual A1 tem o atributo daquele que *sabe* (conhece) *o Brasil melhor do que nós* (os brasileiros) *o sabemos* (conhecemos). Nota-se que B1 dá a A1 um atributo que ele generaliza para todos os brasileiros, ao dizer *nós*. Esse atributo, de alguém que conhece o Brasil melhor do que os brasileiros o conhecem, baseia-se em uma aceitação da linha argumentativa utilizada por A1, uma linha que se caracteriza por ter um efeito de verdade sustentado por dados quantitativos. B1 aceita a linha argumentativa de A1, e faz um gesto de interpretação baseado nessa aceitação.

No momento em que um gesto de interpretação é constituído por meio de efeitos de verdade sustentados por dados quantitativos, há o silenciamento de outros efeitos de verdade sustentados por outros elementos. No seu estudo sobre o silêncio constitutivo, E.Orlandi (1992) afirma que, ao se falar, outros percursos de significação possíveis são silenciados. O efeito de sentido obtido da apresentação de dados quantitativos silencia outros efeitos de sentido, que permitiriam, por sua vez, outro gesto de interpretação que não o enunciado por B1. O gesto de interpretação de B1 produz um efeito de sentido que atribui a A1 o LI daquele que *conhece melhor o Brasil do que os brasileiros*. Importante é notar que A1 concorda com esse LI, pois qualquer outra possibilidade de conclusão que poderia surgir a partir do seu enunciado é silenciada.

CONCLUSÃO

O LI que brasileiros e alemães ocupam tem suas margens delineadas a partir das primeiras relações de contato estabelecidas entre ambos. Gestos de interpretação estabilizados no discurso constituíram efeitos de sentido, presentes em diversos contextos. Os gestos de interpretação que instauraram efeitos de sentido sobre o Brasil e seus habitantes foram constituídos em um período durante o qual a Europa se expandia além de suas fronteiras terrestres: era o período mercantilista. As relações de contato iniciadas nesse período caracterizam-se por garantirem para o europeu o LI daquele que detém o poder sobre as terras “novas”. Esse poder tem o seu viés institucionalmente marcado a partir da definição de quem descobriu o que, que define quem é colônia de quem.

No entanto, ser colônia institucional de um país, como o Brasil o foi de Portugal, não impediu que as relações de contato instauradas naquele período entre o Brasil e outros países europeus estabilizassem alguns dos atributos instaurados pela relação colônia e colonizador. Um dos atributos que mais marcam essa relação é que, devido ao fato de os efeitos de sentido a respeito do Brasil terem sido instaurados pelo europeu, o LI atribuído ao Brasil e brasileiros é o daquele que está em um estágio de desenvolvimento anterior ao do europeu. Em termos de Alemanha, demonstramos que a relação de contato com os habitantes nativos do Brasil, denominados índios, baseou-se no fato de que o efeito de verdade sobre o qual se sustentam todos os efeitos de sentido instaurados a partir de então é o de que o padrão a ser seguido, o estágio de

desenvolvimento a ser alcançado, é o da Alemanha. O Brasil tornou-se país de imigração alemã principalmente a partir de 1835, e, conforme mostramos em nossos dados, o atributo daquele que sabe é atribuído aos alemães. O alemão sabe construir estradas, o alemão obtem facilidades para colonizar o país, em detrimento de outros habitantes do Brasil, o alemão conhece o país melhor. Esses atributos produzem um efeito de vibração semântica mútuo segundo o qual, em relações de contato, o LI do alemão é privilegiado. Nesse sentido, o enunciado de B1 ressoa interdiscursivamente outros enunciados (S.M. Serrani, 1993), enunciados que lançaram gestos de interpretação e produziram os efeitos de sentido segundo os quais o brasileiro se orienta (cf. Orlandi, 1990).

Esse gesto de interpretação de B1 traz para discussão, que, em termos de ensino de alemão como LE, há percursos de sentido sendo seguidos, que definem a orientação argumentativa da relação de contato conversacional. O enunciado *você sabe o Brasil melhor do que nós* indica muito mais do que a necessidade de ensinar ao aluno a diferença entre os verbos saber (wissen), ou conhecer (kennen). Esse enunciado indica que, mesmo falando alemão, B1 continua ocupando o LI daquele que vê o seu interlocutor como alguém que sabe mais, sem colocar em questão a linha argumentativa definida por ele, que o levou a enunciar esse gesto de interpretação. A1, por outro lado, apesar de estar no país, de ter aprendido português para estrangeiros, assume o LI que lhe é dado historicamente, e orienta a relação de contato conversacional de maneira a garantir a estabilização dos efeitos de sentido que lhe são anteriores, que são históricos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CERVO, A.L. (1983) *O Parlamento brasileiro e as Relações Exteriores (1826-1889)* Ed. Univ. Brasília, Brasília, Coleção Temas Brasileiros, vol. 33.
- FOUCAULT, M. (1979) *Microfísica do Poder*. Graal, R.J.
- GUILHAUMOU, J. & Maldidier, D. (1989) "Da Enunciação ao Acontecimento Discursivo em Análise do Discurso" In: *História e Sentido na Linguagem*. Pontes, Campinas, 61-70.
- GUIMARÃES, E. (1995) *Os Limites do Sentido*. Pontes, Campinas.
- _____. (1992) "Os sentidos de cidadão no Império e na República do Brasil". In: *Signo e Sena*, nº 1.
- ORLANDI, E.P. (1990) *Terra à Vista* Cortez Ed. S.P.
- _____. (1995) "Dispositivos da Interpretação" mimeo, Unicamp.
- _____. (1993) *As Formas do Silêncio* Ed. Unicamp 2.ed.
- PÊCHEUX, M. (1981) *La Lengua de Nunca Acabar*. Fundo de Cultura Econômica, México (Trad. Benuriz Jor).
- SERRANI, S.M. (1993) *A Linguagem na pesquisa Sócio-cultural*. Ed. Unicamp, Campinas.